

Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953)

Educational institutions and immigration in the colonial zone of Pelotas/RS (1928-1953)

Patrícia Weiduschadt*
prweidus@gmail.com

Renata Brião de Castro**
renatab.castro@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discutir e problematizar duas instituições escolares situadas na zona colonial do município de Pelotas do Estado do Rio Grande do Sul, a saber, Escola Barão do Triunfo e Escola Garibaldi, apresentando as semelhanças e diferenças no processo de constituição da formação histórica dessas escolas e os aspectos relacionados com a cultura escolar (JULIA, 2001). A primeira situada numa área de colonização pomerana/alemã e a segunda localizada entre descendentes de imigrantes italianos. Dessa forma o estudo traz uma breve discussão acerca da colonização nessa região. A pesquisa se apoia na perspectiva teórica da história cultural (PESAVENTO, 2004) e faz uso das fontes da escrituração escolar e também de fontes orais. Num primeiro momento discute-se acerca da preservação de acervos escolares; na sequência abordamos as duas escolas pesquisadas apontando as problematizações dos documentos analisados, demarcando as similitudes e diferenciações da formação desses espaços educativos. O que podemos depreender das semelhanças é o pertencimento das escolas ao grupo comunitário que as sustentaram, tendo forte participação da esfera familiar e religiosa, mesmo uma delas sendo particular e de orientação luterana e a outra pública formada por uma comunidade católica. Como foram escolas étnicas sofreram a política de fiscalização do Estado Novo. As diferenciações são observadas no cuidado com os seus acervos, a escola privada ligada a comunidade religiosa não teve interesse na salvaguarda dos documentos ao contrário da escola pública que até hoje mantém os acervos na escola atual e é valorizado pela comunidade.

Palavras-chave: instituições educativas, imigração, escolas étnicas, acervos escolares

Abstract: *This work aims to discuss and problematize two schools located at the colonial zone of Pelotas, Rio Grande do Sul State: Barão do Triunfo School and Garibaldi School, presenting similarities and differences in the constitution of the historical formation of those schools and the features related with school culture (JULIA, 2001). The first one is located in a Pomeranian/Germany colonial area and the second one, placed among descendants from Italian immigrants. Through this, the study brings a brief discussion around the colonization of that region. The research feeds itself from the theoretical point of view of the Historical Culture (PESAVENTO, 2004) and uses sources from the bookkeeping school and oral sources. First, we discuss the preservation of school collections; then, we address the two schools researched noting the problematizing of the analyzed documents, drawing the similarities and differences in the formation of those educational spaces. What we can understand from the similarities is that both schools belong to the community who maintains them, being strongly influenced by the family and religious spheres, even if one of them is a private school of Lutheran tendency, while the other is built by a catholic community. Since both were ethnical schools, they endured overview by the New State policy. The differences are in how they handle their collections: the private school, linked to the religious community, had no interest in the conservation of its documents; the public school, on the contrary, sustains its collection to this day and the community appreciates it.*

Keywords: *educational institutions, immigration, ethnical schools, school collections*

* Professora da graduação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

** Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/FaE/UFPel)

Introdução

O presente artigo objetiva comparar duas instituições escolares do espaço rural, as quais mantêm similitudes de constituição: eram organizadas no modelo multisseriado¹, seus professores faziam parte da localidade, o público frequentador foram crianças filhos de colonos de pequenas propriedades da Serra dos Tapes.² Entretanto, tiveram diferenciações, sendo uma instituição considerada escola étnica religiosa na realidade luterana e a outra se formou como uma escola pública municipal localizada e inserida em comunidade católica de descendência italiana.

Ao tratarmos de instituições escolares e cultura escolar nos apoiamos, especialmente, em alguns autores, tais como: Magalhães (2004) e Julia (2001). Podemos compreender que estas categorias conceituais ajudam a pensar a escola e suas práticas de forma mais localizada, ou seja, através da problematização de diferentes aspectos históricos das referidas escolas podemos perceber semelhanças, como de forma especial, discutir as singularidades entre os espaços educativos.

Para pensar esses conceitos utilizamos Julia para discutir a cultura escolar:

[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2000, p. 10).

Na perspectiva do autor ao descrever a cultura escolar como um conjunto de normas e de práticas, pretendemos analisar as fontes empíricas da pesquisa sob essa categoria. A partir dos documentos da escrituração escolar é possível estudar as normas da instituição escolar e de forma mais ampla as escolas isoladas³ no município de Pelotas. Igualmente, através da oralidade podemos observar algumas práticas na escola e, em alguns momentos, problematizar as normas impostas na relação com o cotidiano escolar.

A história das instituições educativas, discutida por Werle et al (2007), envolve o ciclo vital das instituições e nesse sentido abrange muitos aspectos, entre eles: a arquitetura, os agentes – docentes, alunos, apoio – além das questões pedagógicas. A autora problematiza que a história das instituições educativas é composta de dois níveis, o temporal e o temático. O primeiro refere-se à dimensão temporal da pesquisa, pois ao se trabalhar com história das instituições escolares não se permanece no presente, ressaltando nesse nível a contextualização dos fragmentos que se encontram acerca do espaço escolar. O segundo nível temático implica, conforme Werle et al (2007), em ter um vetor como orientação, o que significa fazer algumas indagações do que será enfatizado na pesquisa.

Logo, refletindo acerca dessas teorizações para o contexto do estudo, o primeiro nível temporal relaciona-se com o recorte temporal da pesquisa, a partir do qual serão analisadas as fontes e, portanto, elencados aspectos da história das instituições escolares nesse fragmento de tempo. O segundo nível, chamado pela autora de temático, diz respeito à problemática, ou seja,

¹ A escola multisseriada é definida por esta tipologia por ser uma escola onde há várias turmas de séries diferentes em uma única sala sob a regência de um único professor. (CARDOSO, JACOMELI, 2010).

² A Serra dos Tapes incluía em sua faixa territorial as áreas dos atuais municípios de Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão, Arroio do Padre, Turucu, Canguçu e São Lourenço do Sul. (CERQUEIRA et. al., 2010, p.876). Ou seja, a Serra dos Tapes está localizada na região meridional do Estado do RS. As terras dessa Serra foram destinadas aos núcleos coloniais imigratórios no século XIX, por não serem apropriada a exploração pecuária.

³ A nomenclatura “escolas isoladas” é usada ao designar as instituições que se concentravam distantes do meio urbano, funcionado, na maioria das vezes na zona rural.

qual abordagem será dada no trabalho, qual o foco da investigação. Pois há um gama de abordagens que podem ser elencadas a partir dessas categorias da cultura escolar e da instituição educativa e é necessário deixar claro o que se busca investigar. A História da Educação é um campo de estudo, conforme Magalhães (2004), marcado por novos campos e objetos de investigação. Para discutir instituição educativa, buscamos apoio em Magalhães, conforme o autor:

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagéticos e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios ao processo, à participação e ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional. Trata-se, portanto, de uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

É necessário reparar nos aspectos materiais da instituição, de que forma eram as suas instalações, observando os prédios escolares das escolas isoladas no meio rural, eram construídas de forma rudimentar e com poucos investimentos, comparadas aos grupos escolares urbanos.

As escolas isoladas rurais criadas nessa época se diferenciavam dos grupos escolares e existia por parte do poder público municipal uma orientação na construção dos prédios das escolas isoladas. Faria Filho et al (2004) escreve sobre a possibilidade de entrar na caixa preta da escola, produzindo assim uma história do

cotidiano escolar. Nessa perspectiva as entrevistas realizadas e a escrituração escolar problematizada é que poderão fornecer alguns indícios das práticas escolares e, portanto do dia-a-dia da escola. As escolas étnicas tiveram a arquitetura muito próxima daquelas destinadas às escolas isoladas, funcionavam em muitos casos em uma única sala ou no espaço do templo religioso e não tiveram recursos públicos na sua construção.

Após essa reflexão acerca das categorias de instituição educativa e cultura escolar apresentamos o contexto de cada escola, em especial os processos imigratórios: pomeranos⁴ e italianos, grupos que valorizavam a escolarização dentro de suas especificidades e abordaremos cada escola em seu contexto.

Apontaremos a constituição das escolas através da escrituração escolar: atas cívicas, livros de registros, livros de chamada e através das fontes orais discutiremos a organização das instituições, que embora, constituídas historicamente e socialmente de modo diverso, apresentam aspectos de similitude como o vínculo dos professores à comunidade, ligados fortemente com a realidade local. Cabe ressaltar que não podemos deixar de levar em consideração o uso dos acervos encontrados, de certa forma, preservados pelas instituições estudadas, visto que a partir da salvaguarda desses materiais foram possibilitadas pesquisas acadêmicas e, especialmente, as de cunho histórico.

A escola particular luterana foi fundada quase junto com a comunidade na Colônia Triunfo em Pelotas.⁵ Inicialmente, a escola foi organizada por moradores da região em 1906 e não consta nome oficial, apenas menciona responsabilidades dos moradores em

⁴ Os pomeranos chegaram na região em meados do século XIX, vindos de uma região da Europa chamada Pomerânia. Após a Segunda Guerra Mundial, a Pomerânia foi extinta, seus territórios ficavam na região norte da Alemanha e da Polônia. Cabe ressaltar que junto com os pomeranos, outros grupos germânicos também ocuparam a região, como renanos, mas não foram a maioria.

⁵ A colônia Triunfo localiza-se na Costa do Arroio Grande, na zona rural de Pelotas. A comunidade, na sua maioria, é composta de descendentes germânicos. A historiografia mostra que a colônia foi fundada por João Baptista Scholl. Na época da sua fundação em 1900, havia 56 lotes com 50 famílias e 245 pessoas. (ANJOS, 2000). Atualmente a colônia está localizada no 4º distrito de Pelotas.

construir a escola e manter o professor.⁶ O recorte temporal das fontes encontradas abarca o período de 1938 a 1953. Funcionou vinculada a comunidade evangélica luterana independente, logo em seguida, vincula-se a organização luterana do Sínodo de Missouri⁷ até os anos 1960. Enfatizaremos a escrituração escolar e as fontes orais dentro do momento histórico da nacionalização do ensino diante das portarias, atas cívicas e livros de registro de faltas, aprovações e reprovações. Especificamente os livros que constam a relação das disciplinas, não foram encontrados, mas havia nessas fontes a orientação de valorizar determinados conhecimentos na escola: a história pátria e a língua portuguesa.

No que tange a escola municipal em zona de imigração italiana, abordaremos a Escola Garibaldi construída em 1928 por uma comunidade de imigrantes italianos, a saber, Colônia Maciel, esta criada pelo governo imperial em 1885. Analisaremos a escrituração escolar através do livro de atas de exames finais da escola, dos livros de registros de notas distribuídas por disciplinas e do manuscrito que foi escrito pelo primeiro professor da escola, José Rodeghiero.

Os acervos escolares

A pesquisa entre suas temáticas contemplará o trabalho com acervos. Interessante notar que as instituições abordadas guardaram de certa forma documentos e fragmentos de sua história que podem ser problematizadas.

Entende-se por acervo todo material que está salvaguardado em instituições de memória tais como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação,

assim como os documentos que estão salvaguardados na instituição escolar. Estes espaços constituem o que Nora (1993, p. 12-13) chama de “lugares de memória”, para o autor “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos”.

As fontes utilizadas nas pesquisas são documentos que foram produzidos para as atividades da escola naquele período. Hoje eles são utilizados como fonte para a pesquisa historiográfica no âmbito da Educação, tendo em vista que é atribuído um significado para estes.

Por isso, que:

As fontes permitem encontrar e reconhecer: encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção. Para encontrar é necessário procurar e estar disponível ao encontro: não basta olhar, é necessário ver. Para reconhecer é necessário atribuir significado, isto é: ler e indicar os signos e os vestígios como sinais (RAGAZZINI, 2001, p. 14).

Com a preservação destes acervos por parte da escola e a disponibilização dessa documentação será possível o estudo e análise destas instituições educativas, ressaltando a importância de compreender os indícios desse passado.

É necessário compreender que os documentos examinados nos trazem uma visão do passado. Os que chegam até nós são somente uma parcela daqueles que existiram. Le Goff, em seu texto “documento/monumento”, registra as definições desses dois termos. Para o autor, os monumentos são uma escolha do passado, enquanto os documentos são uma escolha do historiador (LE GOFF, 1990, p. 462).

⁶ As fontes da pesquisa fazem parte dos acervos escolares. Esses acervos foram encontrados em 2005, na então escola municipal, e chamava-se Escola Municipal Silva Jardim, funcionando num sistema multisseriado de 1^a a 4^a série. Atualmente não existe mais essa escola, os alunos foram transferidos para uma escola pólo.

⁷ As diferenciações das instituições religiosas luteranas será explicada no decorrer do texto.

A priori os documentos, de forma sintética, que são acervos já não possuem mais a sua função primeira, ou seja, não são mais utilizados para a finalidade da qual foram criados. Eles estão imbuídos muito mais de um aspecto simbólico do que utilitário, no sentido de não usualidade para o objetivo do qual foram produzidos.

Nesse mesmo sentido, escreve Heloísa Bellotto (2006) sobre a idade dos arquivos, os quais conforme a autora são constituídos por três idades: corrente, intermediário e permanente ou histórico, os documentos arquivísticos são criados para uma função específica, essa seria a primeira idade, ou seja, são produzidos pelas instituições documentos necessários a sua organização. Passados alguns anos eles podem vir ou não a se configurar como arquivos permanentes/históricos (BELLOTTO, 2006).

Tendo em mente as questões explanadas anteriormente, é importante ressaltar que os acervos utilizados pela pesquisa estão na sua última fase, a saber, permanentes ou históricos. O arquivo da Escola Garibaldi, bem como da Escola Barão do Triunfo pode ser definido como permanentes/históricos uma vez que, não são mais usados no cotidiano escolar e sim, possuem um caráter histórico podendo ser transformado em fonte e documento para pesquisa.

É necessário pensar que ao olhar e analisar esses documentos, não se está a reproduzir os fatos tais quais eles aconteceram, mas sim a reinterpretá-los de acordo com os referências teóricos selecionados para dar base para a problematização da pesquisa. Entretanto, esse aspecto não faz o trabalho ter menor importância, uma vez que ao trabalharmos com memória e com história não estamos buscando alcançar a verdade dos fatos, e sim uma versão desse passado a partir do conjunto de fontes e documentos de que dispomos. Essa perspectiva de considerar a problematização dos fatos e não a descrição deles como verdade absoluta é ancorada na cha-

mada História Cultural (PESAVENTO, 2004). Esses documentos nos dão uma visão sobre o passado, são fragmentos desse período de tempo e nos fornecem subsídios para problematizar e embasar as reflexões teóricas metodológicas.

Sobre a seleção das fontes pesquisadas, entendemos que:

A seleção já foi feita tanto por aqueles que produziram o material, pelos que o conservaram ou que deixaram os rastros de uma destruição - intencional ou não -, por aqueles que o organizaram em acervos e pelo próprio tempo [...] (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 79).

Entretanto, a seleção das fontes vai depender do que está disponível. Por um lado, na Escola Garibaldi manteve-se interesse na preservação, tendo em vista que se encontrou na escola certa organização e cuidado com esses documentos do passado. Percebemos na Escola Garibaldi vínculos de cuidados e preservação destes documentos históricos, além dos mencionados livro de atas e de notas, há álbuns de fotos organizados por ano. A maioria das escolas, e de forma especial as públicas, não mostram interesse em salvaguardar a sua documentação. É sabido que há escolas que preservam seus acervos sim, mas elas constituem uma minoria. Parece que os gestores, ao longo do tempo, tiveram esse cuidado e essa preocupação com a salvaguarda desses acervos, inferimos que esteja relacionado com a ligação entre a escola e a comunidade.

Por outro lado, na escola Barão do Triunfo, a comunidade não se interessou em salvaguardar e o material foi entregue para a pesquisa em 2005 pelo professor municipal, relatando que literalmente havia “salvo” os documentos de serem queimados pela comunidade religiosa.

Alguns autores salientam acerca da preservação de acervos escolares, que não há uma política pública instaurada, mas sim depende da boa vontade pessoal de alguém ou de grupo de pesquisa (ARRIADA; TEIXEI-

RA, 2012; OLIVEIRA, 2014). Neste sentido podemos perceber as diferenças de preservação e de intenção dos grupos envolvidos e, de certo modo foram influenciados pela formação histórica. No primeiro caso, a escola que teve e tem a participação comunitária buscou cuidar e preservar até hoje os documentos nos seus espaços. Já a escola originalmente luterana, não via mais importância na documentação e foi garantido pelo interesse de pesquisa com o auxílio do educador que se preocupou com esse material, porque o ente público municipal também não se importou com a documentação.

Em relação às fontes orais as pesquisas com as duas escolas buscaram problematizar utilizando as narrativas dos sujeitos que participaram desse processo. A partir dos documentos encontrados nos acervos foi possível localizar esses sujeitos para compreender a instituição e cultura escolar. Os sujeitos entrevistados ao rememorem as suas lembranças escolares, de certo modo, eles estão constituídos de aspectos coletivos. Cada sujeito vai lembrar os acontecimentos de forma singular, mas permeados pela história coletiva dos grupos a qual fizeram parte. Portanto, o indivíduo que lembra, o faz a partir de referências que lhe são coletivas, conforme Pesavento:

Aquele que lembra não é mais o que viveu. No seu relato, há reflexão, julgamento, resignificação do fato rememorado. Ele incorpora não só o lembrado no plano da memória pessoal, mas também o que foi preservado ao nível de uma memória social partilhada, resignificada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo. Ou seja, a memória individual se mescla com a presença de uma memória social, pois aquele que lembra, rememora em um contexto dado, já marcado por um jogo de lembrar e esquecer (PESAVENTO, 2004, p. 94).

Ao relacionar com o lócus da pesquisa, podemos pensar que alguns acontecimentos que fizeram parte da vida na comunidade permanecem na memória do grupo dos indivíduos desse local e isso está presente,

mesmo que às vezes, inconscientemente, no momento da rememoração e evocação das lembranças. Recordações são evocadas pelos indivíduos, porém os acontecimentos lembrados fazem parte de uma memória que está para além do indivíduo e sim pertencente a um grupo e, portanto, coletiva.

Nessa abordagem, os sujeitos entrevistados da Escola Garibaldi foram 4 alunos da escola, e na Escola Barão do Triunfo participaram com suas narrativas um ex-aluno do período e a professora.

A escolarização nas comunidades imigratórias luteranas

As escolas denominadas confessionais, ou seja, aquelas organizadas por comunidades ligadas a uma instituição religiosa marcaram presença entre comunidades de imigração alemã, em especial, no Rio Grande do Sul. Na região meridional do Estado, as comunidades de imigrantes, em sua maioria constituídas por pomeranos, mantinham as formas de organização comunitária da escola relacionada com a religiosidade.

As primeiras comunidades de imigração alemã formadas no interior de Pelotas e São Lourenço do Sul tiveram o predomínio de descendentes da etnia pomerana. Os imigrantes alemães eram representados por vários grupos étnicos, que mantinham seus dialetos e costumes. A organização escolar e religiosa desses imigrantes mantinha como objetivo central a unidade comunitária, ou seja, privilegiavam as relações sociais da comunidade, para se fortalecerem como grupo. A sua preocupação com a igreja e a escola se dava com a consolidação da língua alemã, que deveria ser apreendida na oralidade e na escrita, juntamente com as noções de conhecimento básico do ensino secular. Além disto, eles relacionavam religiosidade e escolarização, numa tentativa de fortalecer valores religiosos e morais ao grupo.

Por isso, no início do processo imigratório foram organizadas igrejas independentes luteranas.⁸ Não era conveniente instalar uma igreja oficial devido aos problemas enfrentados na Alemanha com a igreja luterana estatal. As comunidades eram autônomas, quer dizer, cada uma supria suas necessidades, contratavam um pastor ou professor, que, em geral, era uma pessoa possuidora de melhor instrução, mas continuava tendo sua profissão, normalmente os professores e pastores eram também agricultores. Depois se fortaleceu o Sínodo Rio Grandense⁹, um grupo organizado com pastores formados na Alemanha e apostaram na coesão entre educação e religião.

Outra instituição luterana a buscar fieis no Brasil foi o Sínodo de Missouri¹⁰, uma organização confessional luterana que mantinha nos Estados Unidos igrejas unidas em forma de um Sínodo. Então, o Sínodo de Missouri¹¹ se estabelece nas regiões de Pelotas e São Lourenço do Sul no início do século XX. É relevante notar a adesão das comunidades ao Sínodo de Missouri, uma vez que, a instituição valorizava a escolarização para expandir o conhecimento doutrinário e secular.

Considera-se que essas três instituições construíram valores e disseminaram a religiosidade luterana no contexto apresentado. Elas fizeram parte do cenário histórico religioso entre os pomeranos, ou seja, foi quase majoritária a aceitação dos grupos de imigrantes na região sul do Rio Grande do Sul ao luteranismo.

Cabe ressaltar que a fundação de escolas étnicas comunitárias foi intensa no processo de imigração teuto-brasileira, abarcando também os pomeranos. O número de escolas no período de 1865 até 1930 nas regiões de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul- localizados na Serra dos Tapes- era relativamente elevado, considerando a alta taxa de analfabetismo e de acesso a escola do restante da população gaúcha e brasileira. Nesse período apontado foram fundadas 40 escolas em Pelotas, 25 em São Lourenço do Sul e 09 em Canguçu.¹²

Diante desse quadro, podemos perceber a valorização da escolarização dentro do processo imigratório e dentro das comunidades religiosas. Por isso, pretendemos neste focar a escola Barão do Triunfo que foi étnica e resistiu ao movimento da nacionalização do ensino. A escola nesses anos, pela documentação encontrada, mantinha uma média de 40 alunos matriculados, com percentagem de frequência oscilando durante o ano entre 50 a 90 por cento. Interessante notarmos que os meses de maior frequência eram os meses de março (início do ano letivo) e o de dezembro (final). É revelado nestes documentos que a frequência não era uniforme, dependia das condições climáticas ou da necessidade de trabalho das crianças na agricultura (dados registrados nos motivos das faltas dos alunos). Mas podemos inferir a alta frequência do início do ano devido a necessidade de registrar e matricular os alunos oficialmente e ao final as crianças eram chamadas para

⁸ Ver trabalho sobre o movimento do independentismo religioso em Eliseu Teichmann (1996).

⁹ Desta organização sinodal, originou-se a IECLEB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). O Sínodo Riograndense é uma instituição religiosa de cunho luterano, influenciada, e em muitos casos, subsidiada por igrejas luteranas alemãs. Esta instituição se estabeleceu no Brasil no século XIX, a partir da reunião de pastores vindos da Alemanha para atuar nas comunidades de imigração, consideradas luteranas. A sua expansão se deu mais em comunidades no norte do Estado que valorizavam a Igreja e a escola, como uma instituição associativa. Para saber mais, ver Witt (1990).

¹⁰ Esta instituição originou a atual IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil).

¹¹ Para aprofundar essa questão ver em Weiduschadt, 2007.

¹² Publicada como anexo I na tese de ARENDT (2005) que menciona a “relação das escolas em 1931 (compilada pela autora a partir da publicação do *Archiv der Hansestadt Hamburg* com o título *Verzeichnis der Gemeinden und Register der evangelischen Deutschen in Brasilien* [relação das comunidades e registros dos alemães evangélicos no Brasil (*Hamburg-Friedrichsen, De Gryter & Co., 1941, 87 p. [Bunte Reihe, Heft 2]*)”]. Ressaltamos que muitas escolas não estiveram contempladas nos dados desse relatório, supondo que havia um número maior de escolas comunitárias.

realizar os exames. Nestes dois períodos a fiscalização era mais intensa.

A nacionalização do ensino consistia em unificar os programas escolares. Nas zonas de colonização estrangeira, buscava-se determinar parâmetros educativos vinculados com a cultura nacional, incluindo-se aí a preocupação com a língua portuguesa, o ensino da história do Brasil e a educação cívica, representada, entre outras formas, pelas comemorações de festas cívicas.

Percebemos claramente nos documentos da época enviados à escola como circulares, boletins e portarias a preocupação do governo na ideologia nacionalista. Além de uma forte orientação para o culto aos símbolos da Pátria e a implantação de um projeto pedagógico que contemplasse os ideais nacionais, havia forte fiscalização neste sentido. Exigia-se uma obrigatoriedade em orientar os alunos para o culto cívico. Em circular da Secretária da Educação, redigida pelo Secretário J. P. de Souza¹³ percebemos que o documento estimula e orienta os professores a utilizar o ensino da história de forma que os alunos conheçam grandes vultos históricos, heróis de guerra e figuras que inspiram brasilidade. A circular começa mencionando:

A história e a legenda de uma nação fornecem pela exemplificação de suas figuras humanas exponenciais, o revigoramento cívico que capacita aos povos o progresso e ao alevantamento moral [...] Foi dentro desse espírito que a Secretaria da Educação, determinou e regulamentou o ensino da educação cívica nas escolas. E se ao Secretario de Educação foi dado ver e sentir a maneira ótima porque esse ensino se realisa, é de seu dever complementar esse trabalho com a presente circular, motivada por uma observação direta (CIRCULAR S/D J. P: COELHO DE SOUZA)

A circular justifica o ensino de educação moral e cívica como uma disciplina fundamental para os ideais nacionais, considera de extrema relevância a propagação do cultivo do nacionalismo brasileiro. O documento também é dotado de um elevado discurso ufanista.

Outra prática orientada pelo governo foi o registro de comemorações cívicas, denominadas de atas cívicas. Estas eram obrigatórias, sendo norma relatada na Circular de Inspeção pela Delegacia de Ensino de 13 de janeiro de 1944, assinada pela Delegada de Ensino Sílvia Mello, como é redigido no item 2: “Atas de Comemoração- Todas as escolas particulares devem ter livro exclusivamente para atas de comemorações, não só dos sábados, como dos demais feriados.”

Este registro era obrigatório nas escolas particulares, já que a maioria dos alunos destas escolas era de descendência germânica. Esse livro encontrado faz referência as comemorações da Semana da Pátria de 1943 até 1949. Entretanto, quase todas as atas são muito parecidas. Relatam festas e comemorações nos feriados cívicos e apresentações cívicas aos sábados. Uma considerada relevante para o estudo é a ata da festa cívica realizada no dia 17 de setembro de 1944 em comemoração ao dia da Independência.

Aos 17 dias do mês de Setembro de 1944 realizou-se uma festa em comemoração ao dia 7 de setembro de 1944. Esta festa devia ser realizada no dia 7, porém, realiza -se hoje porquanto o professor achava se na Capital do Estado, tendo acompanhado a caravana de gauchinhos para lá assistirem aos festejos da Semana da Pátria.[...] Intercalado a programa das crianças o Rev. Mundel proferiu brilhante discurso, visando a nacionalização do ensino e a integração dos coloninhos à sociedade brasileira. [...]

¹³ Esta circular está em uma pasta do acervo escolar doado para a pesquisa. Nesta pasta estão reunidos documentos de 1940 até 1953, em ordem cronológica. A circular está assinada pelo Secretário de Educação J. P. Coelho de Souza, sem data, mas colocada entre documentos expedidos pelo mesmo secretário entre os períodos de 1940 a 1943.

É interessante notarmos que de acordo com o relato, o pastor de origem alemã tenta colocar a integração dos alunos como colonos no projeto da sociedade brasileira como algo acabado e pronto. À primeira vista parece não haver nenhuma resistência dos participantes da escola, talvez porque era preciso acatar ao controle do governo. Muitas questões podem ser discutidas a partir daí, será que realmente era o sentimento do pastor/professor em relação aos seus alunos no tocante a nacionalização do ensino? Ou será que a pressão da política governamental de nacionalização do ensino fomentava na escola um discurso dissociado da realidade? Como a instituição escolar tenta se organizar no seu espaço educativo, para tentar manter a vinculação com o projeto religioso luterano de manutenção da língua e costumes?

Diante destas questões, observamos que as atas são formatadas do mesmo modo e possuem geralmente as mesmas características. Elas mencionam as datas das comemorações, o canto dos hinos nacionais, o cultivo aos símbolos, e pequenas palestras dos professores e pastores como se estivessem reproduzindo textos prontos e indicados.

Diante dessas problematização, ainda buscamos utilizar as fontes orais, representadas por dois sujeitos: uma professora, que atuou na escola por dois anos: 1947 e 1948 e um dos alunos desta época, e que frequentou a escola por cinco anos de 1946 até 1950. Optamos em abordar essas narrativas para entender de forma melhor a cultura escolar que estava sendo influenciada pela nova política governista. Uma questão a ser problematizada nas narrativas era a representação daquelas comemorações formatadas pelas documentações normatizadoras.

As entrevistas foram realizadas numa perspectiva de entender o processo educativo mais amplo, relacionando-o com as práticas do cotidiano escolar. A

memória, a partir das narrativas, centra-se na lembrança da realização das festas e das comemorações cívicas, mencionadas nas atas. Para tanto, percebemos que a memória dos depoentes é construída socialmente. “O passado pode não ser feito somente de acontecimentos reais, mas de representações de uma realidade. [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Se a memória é um processo, também é importante perceber as formas do grupo se relacionar e se identificar. O que estamos querendo dizer é que as lembranças e os relatos dos narradores vão estar relacionados com as experiências marcantes que tiveram no caso, como aluno e como professora. No período da atuação da professora entrevistada, nas atas, constam vários feriados nacionais que foram comemorados: Tiradentes, 1º de maio, 13 de maio, todas as semanas do mês de setembro, Proclamação da República e outros. Praticamente, segundo as atas, todos os meses do ano letivo eram realizadas de duas a três vezes por mês comemorações cívicas na escola. Segundo a professora, isto não acontecia de forma tão acentuada. Ao ser questionada se eram realizadas comemorações frequentemente, ela revela:

Sim hastear a bandeira, cantar o hino nacional, não se fazia assim, ginástica não sempre, mas de vez em quando, festa nunca se fez lá, as vezes antigamente tinha festa, tinha festa do colégio, mas naquele tempo nunca se fez (Depoimento A. K, 2005).

De acordo com o relato, era preciso ensinar o hino nacional, hastear a bandeira, mas o significado que era dado não condizia com as pretensões da política de nacionalização do governo. A ênfase dada nas atas era ufanista e nacionalista, por vezes, parecem cópias dos discursos das circulares e decretos. Não se está querendo dizer que as comemorações não aconteciam, não é relevante no estudo comprovar a sua realização. O que se percebe é que os acontecimentos destas

sessões cívicas não alcançavam a repercussão desejada pelo ideal nacionalista e, provavelmente, nem aconteciam em todas as ocasiões.

Neste aspecto pode ser observada a forma como a instituição conseguia burlar a orientação institucional da política do Estado Novo. Outros elementos trazem a tona essa discussão, como a atuação da professora. Ao ser entrevistada, ela revela que foi contratada pela comunidade como professora leiga, mas quem determinava e tinha o respaldo do grupo comunitário era o pastor, que não podia ser oficialmente o professor, porque tinha nascido na Alemanha.

A própria cultura escolar vai se modificando. As práticas precisam ser readequadas a imposições de leis e decretos. Chama atenção para a realização de provas e o registro da frequência e o motivo das faltas dos alunos. No relato do ex aluno, ele se lembra das provas realizadas pelo poder público, as famosas sabatinas e reforça que não havia sido reprovado, no entanto o documento registra a reprovação do aluno entrevistado. Inferimos que a família não se importava tanto com a reprovação ou aprovação, mas com a aquisição de habilidades básicas de leitura, escrita e cálculos. Pode ser que este aluno não foi informado de sua reprovação e esse dado somente constar como imposição.

A escolarização nas comunidades de imigração italiana

O ano de 1875 é considerado o ano de maior fluxo da chegada de imigrantes italianos no estado do RS. Em Pelotas, a Colônia Maciel, onde está situada a Escola Garibaldi foi criada em 1885, recebendo imigrantes desde 1887. A concentração da imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul foi acentuada na região nordeste do estado, a qual ficou conhecida como Região Colonial Italiana.

De acordo com Peixoto (2003) a colonização na região da Serra dos Tapes se deu de dois modos, por iniciativa espontânea e organizada, tanto por particulares quanto pelo governo. As colônias organizaram-se de forma independente cabendo ao governo, o qual criou algumas dessas, a venda dos lotes coloniais e o gerenciamento das dívidas destes. Conforme Anjos (1999) em 1899 o número de italianos no município era de 654, constituindo o maior grupo de imigrantes.

Consoante Peixoto (2003) no século XX na Colônia Maciel havia 125 famílias residindo, no ano de 1920 a colônia passa a ser sede da Paróquia, e nos anos 1930 foi construída a atual sede da paróquia, tendo a participação da comunidade local.

Aqui reforçamos a noção de coletividade e grupo presentes nessas comunidades, que muitas vezes em forma de mutirão e esforço coletivo se envolveram na construção de instituições na comunidade. Essa identidade local é uma característica das comunidades formadas por imigrantes de origem italiana que ao imigrarem para o Brasil acabavam muitas vezes num esforço comunitário construindo as instituições de que necessitavam ou cobrando das autoridades o auxílio que precisavam.

Os núcleos coloniais de imigração italiana localizados na região serrana do estado do RS são demarcados por diferenças em relação à colonização na Serra dos Tapes. Enquanto na região serrana a imigração proporcionou a formação das cidades, como Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias, a região da cidade de Pelotas já era constituída como espaço urbano desde o século XVIII. Dessa forma, a Colônia Maciel permaneceu como um distrito no município.

Essas regiões precisavam ser colonizadas a fim de povoar espaços que estavam “desocupados”, porém o que ressaltamos é que a cidade de Pelotas já estava

consolidada quando recebeu esses “estrangeiros” e, por conseguinte, Pelotas não foi uma cidade criada a partir da imigração, embora haja a presença de “estrangeiros” de forma significativa, diferente das cidades da região serrana que se desenvolveram com a chegada dos imigrantes. Esse é um aspecto relevante a se pensar quando estudamos aspectos educacionais, tendo em vista que no município de Pelotas a educação já estava de certo modo estabelecida ou se estabelecendo quando os imigrantes chegaram.

Conforme depoimentos de moradores da comunidade antes da Escola Garibaldi ser criada em 1928 havia outras iniciativas escolares, havendo duas escolas anteriores que acabaram fechando. Uma dessas escolas era comunitária e surgiu no ano de 1915, o pagamento do professor era de responsabilidade dos pais dos alunos e conforme registros orais¹⁴ o ensino era realizado em português, o que dificultava o aprendizado, uma vez que nessa época a comunidade estava formada basicamente de imigrantes italianos, o que gerava algumas dificuldades nesse sentido.

No ano de 1928 começa a construção da Escola Garibaldi, objeto e no ano seguinte iniciam-se as aulas sob a regência de José Rodeghiero, primeiro professor desta instituição atuando durante 22 anos consecutivos (1929 a 1950), sendo que até 1945 foi o único docente da escola.

No município de Pelotas, conforme verificado nos Relatórios dos Intendentes¹⁵ havia professores subvencionados e que atuavam ministrando aulas, sobretudo na área rural do município. O professor José Rodeghiero antes de prestar o concurso e ir dar aula na Escola Garibaldi era subvencionado pelo estado, dando aula no distrito do Rincão da Caneleira, localidade próximo a Colônia Maciel.

A Escola Garibaldi desde a sua construção esteve dentro da esfera pública municipal, sendo construída durante a administração do Intendente do município Augusto Simões Lopes. Nesse período não foi possível, até essa etapa da pesquisa, encontrar elementos que indiquem um envolvimento da comunidade na criação da escola, porém acreditamos que mesmo sendo construída pelo poder municipal houve a participação e o envolvimento da comunidade da localidade, visto que percebemos em outros momentos na atualidade uma efetiva valorização da população local.

Um dos aspectos que convergem nessa direção da preocupação dos imigrantes com a educação é o fato de que antes da criação da Escola Garibaldi existiu na localidade uma escola comunitária.

No manuscrito produzido por José Rodeghiero intitulado pelo professor de “Histórico da Escola Garibaldi” ele descreve, um pouco da chegada dos imigrantes na localidade e das escolas anteriores a Garibaldi. No documento encontra-se a seguinte narrativa acerca da escola criada em 1910:

*Anos depois da fundação da Colônia foi criada no mesmo local onde se acha a Escola “Garibaldi” uma escola estadual sobre a regência do professor José da Fontoura Grilo, que por alguns anos numa rústica propriedade de pau a pique e barro foi ouvida a sua abalizada voz, mas pouco apreciada por **tenderem aquela gente a conservação da língua italiana, a ponto de tentarem tirar o dedicado professor.** E por falta de frequência em sua escola foi o referido professor removido para a margem direita do arroio Caneleira perto do passo do mesmo nome, hoje propriedade do senhor Modesto Blanco. Ficando por alguns anos a Colônia Maciel sem escola (MANUSCRITO, p. 01, grifos nossos).*

¹⁴ Essas entrevistas fazem parte do banco de imagens e sons do Museu Etnográfico e estão disponíveis a pesquisadores.

¹⁵ Esses relatórios eram produzidos anualmente por cada intendente do município descrevendo as principais realizações de sua administração naquele ano.

Uma informação relevante a ser observada no manuscrito do professor e que também aparecem na oralidade é o fato dessas escolas ministrarem o ensino em português gerando conflito com os imigrantes de origem italiana, os quais tinham um dialeto próprio e gostariam de manter a conservação da língua italiana. Sendo a escola um ambiente onde o ensino era ministrado em português havia além da dificuldade na aprendizagem e na alfabetização uma questão cultural étnica envolvida no sentido da vontade da manutenção da linguagem italiana.

Nessa perspectiva podemos inferir dois pontos, o primeiro é justamente a importância que essa comunidade dava ao ensino e a escola, criando na localidade uma escola particular (comunitária) onde a própria comunidade subsidiava o salário do professor. O segundo ponto diz respeito a essa incompatibilidade no que tange ao aspecto linguístico, enquanto a comunidade prezava a língua materna, a escola viria no sentido de trazer o ensino na língua pátria, em português, gerando dificuldades, sobretudo, na alfabetização.

Essas duas escolas anteriores acabaram não permanecendo por muito tempo na localidade, dada às razões mencionadas acima. A criação da Escola Garibaldi foi importante no que se refere à continuidade do ensino nesse contexto. O espaço territorial da escola recebeu imigrantes italianos desde 1887 e começou-se assim a formar o que seria a Colônia Maciel, os colonos foram se instalando e era necessário que uma série de serviços fosse implantada, entre eles àqueles ligados ao ensino e a educação.

No que diz respeito aos documentos da escrituração escolar as fontes são constituídas pelo livro de atas de exames finais (1929 a 1979) e dois livros que constam o registro das notas distribuídas pelas disciplinas (1939 a 1966).

Numa primeira análise desses documentos observamos que as atas da escola, do referido período, são atas que descrevem os exames escolares, o número de alunos nos exames finais, o resultado de aprovação e reprovação. O livro de notas, por sua vez traz a média dos exames realizados pelos alunos divididos pelas disciplinas que eram ministradas na escola. Como esses livros vão do ano 1939 a 1966 é possível ver as mudanças no que se refere à composição das disciplinas escolares.

Nesses dois documentos da escrituração escolar é possível também observar a fiscalização que existia nesse período acerca do ambiente escolar, nos livros de atas e de notas, encontram-se alguns comentários sobre como o professor deveria registrar as notas. Em uma das páginas dos livros segue a recomendação da fiscalização: “devia ter escrito a média da prova em ordem decrescente. W. N. Goulart, 1941”. Ao longo do livro localizam-se outras observações dessas pessoas que fiscalizavam as escolas acerca de como deveria ser feito o registro das informações nesses documentos. Em cada final de ano há as assinaturas dessas pessoas que fiscalizavam as instituições escolares. Dessa forma infere-se que o professor Rodeghiero era cobrado e tentava se readequar às determinações da administração pública municipal.

Podemos depreender que a produção desses livros era uma prática comum na época dada à fiscalização das escolas. Com a nucleação das escolas, na década de 1990, a Escola Garibaldi se tornou uma “escola polo” recebendo alunos de mais 6 escolas do interior do município e os documentos delas passaram para a guarda da Garibaldi. Todas estas escolas foram criadas quase no mesmo período da Garibaldi e conservaram essa documentação. Ao folhear os livros de registro de notas dessas escolas nas décadas de 40 e 50, percebe-se que a maneira de fazer os registros é

igual ao modo como o professor José Rodegheiro escrevia nos livros da Garibaldi. No que tange a reflexão da mudança das disciplinas escolares expostas anteriormente, percebe-se que as disciplinas ministradas pela Garibaldi eram as mesmas ministradas por essas outras escolas. Nos anos em que se identificava nos livros da Garibaldi várias disciplinas formando uma nota única, nessas escolas acontece o mesmo processo. Esses dados podem ser indicativos de que havia todo um controle e fiscalização tanto no modo de como preencher esses livros, que pelo que se observa eram distribuídos pela administração pública, quanto na orientação das disciplinas a serem ministradas nessas escolas rurais.

Esses materiais conforme os Relatórios da Intendência seriam fiscalizados pela administração municipal. Ao observarmos as anotações nos livros da Escola Garibaldi é perceptível a fiscalização nos documentos, pois é possível encontrar anotações das pessoas que fiscalizavam esses livros, o que denota vigilância por parte do poder público em relação às escolas. Se pensarmos no período da nacionalização do ensino e na configuração da Escola Garibaldi por estar situada numa comunidade de descendentes de imigrantes italianos.

A taxa de aprovação dos alunos é bem variável, tendo alguns anos em que 100% dos alunos eram aprovados e em outros apenas 32%, entretanto a média ficava em torno de 55%, sendo que nos anos de 1940 a 1945 é onde está o menor índice de aprovação.

É necessário relativizar essa porcentagem de aprovação dos alunos com o dado de que nem todos os alunos que estavam matriculados na escola realizavam esses exames. Algumas inferências podem ser feitas a partir dos motivos que levavam muitos alunos não

realizarem esses exames finais. Natália Gil (2007) escreve que entre os alunos matriculados na escola a prática que se realizava era o docente indicar para realizar os exames finais aqueles alunos que tinham condições de serem aprovados. A autora analisa as escolas do estado de São Paulo, porém podemos pensar que o mesmo poderia ocorrer em Pelotas e na Escola Garibaldi.

O livro de notas da escola lista 19 disciplinas ou itens a serem avaliados, que são eles: comparecimento, número de faltas, comportamento, centro de interesse, português, matemática, história pátria, geografia, ciencias¹⁶ físicas e naturais, educação moral e cívica, educação higiênica, educação doméstica, desenho, trabalhos manuais, cultura física, puericultura, datilografia, música e higiene. No entanto oito dessas disciplinas nunca foram avaliadas. Essas disciplinas que constam no livro de notas e não eram ministradas talvez fosse uma indicação do poder público em orientar determinados conhecimentos para um currículo unificado.

Notamos que as disciplinas de português e matemática sempre foram lecionadas, por se trataram das disciplinas que forneceriam as noções da escrita, leitura e das primeiras operações matemáticas. Essas seriam as disciplinas primeiras para a alfabetização dos alunos por isso foram sempre ofertadas. A disciplina de ciencias físicas e naturais, geografia e história também foram ensinadas em quase todos os anos analisados. Educação moral e cívica aparece em vários anos.

Com menor frequência são arroladas as disciplinas de educação higiênica, desenho, música e higiene. É presumível constatar que essas que não possuem uma permanência no decorrer dos anos são disciplinas consideradas de menor importância,

¹⁶ Manteve-se aqui a escrita original da época.

sobretudo em escolas no meio rural. No entanto, foi possível perceber na formação da instituição a imposição do currículo escolar e a necessidade de registrá-la e informar as práticas ao poder público. Mas de qualquer forma, a comunidade atribuiu sentidos e valores para a manutenção da escola, tendo respaldo da figura do professor que permaneceu longo tempo no espaço educativo.

Considerações Finais

Pretendemos salientar em relação à problematização das referidas escolas analisadas alguns aspectos que permearam a discussão realizada nessa pesquisa. Os acervos escolares foram fundamentais para a análise, a partir das fontes que os constituíram. Mas a forma que foi salvaguardada nas escolas apresentaram diferenciações na preservação e no cuidado. A Escola Barão do Triunfo, apesar de ser comunitária, quando sofreu a nacionalização do ensino não se preocupou em guardar os documentos. No entanto, a Escola Garibaldi mantém os seus acervos organizados, sendo valorizados até hoje. Podemos observar que os documentos encontrados, ao serem fontes da pesquisa tiveram percursos diferenciados na utilização, um deles foi encontrado através da doação pelo professor municipal e outro ainda se encontra preservado na própria escola. Ao pensarmos nas dificuldades da disponibilização dos acervos escolares para as pesquisas em instituições educativas, como o descarte legitimado na maioria dos casos, temos que levar em consideração o material arquivístico encontrado, possibilitando a problematização das questões levantadas nesse artigo. Sobretudo, levamos em consideração o significado que esses acervos tiveram para os grupos que os preservaram.

Outro aspecto relevante na análise, problematizados pelos acervos e pela memória das narrativas, é a noção de pertencimento dos grupos

comunitários, fortalecidos pela cultura local e formados por grupos étnicos que valorizavam, em grande medida, a instituição escolar. As escolas, apesar de uma ser pública municipal e a outra privada de orientação luterana, foram circunscritas pelo campo religioso. Ainda que a Escola Garibaldi não estivesse ligada diretamente a Igreja Católica, foi a formação comunitária no entorno da Igreja que proporcionou a manutenção da instituição escolar. Em relação a Escola Barão do Triunfo, o prédio confundia-se com a edificação da igreja, sendo construído no mesmo espaço, revelando a representação dessa escolaridade dentro dos princípios religiosos doutrinários luteranos, mesmo depois com a fiscalização do ensino determinada pelo governo do Estado Novo. Como reforça Magalhães (2004), as instituições não são desprovidas de sentidos e significados, elas mostram nos elementos identitários subjetividades reforçadas pela memória do grupo.

Entretanto alguns pontos merecem destaque na relação das duas escolas abordadas, não tratamos aqui, de apresentar somente o contraponto entre as diferenças e semelhanças, mas apontar o sentido relacional que as aproximaram e as distanciaram.

Neste sentido, os documentos encontrados nos acervos mostraram a necessidade do poder público controlar e fiscalizar estes espaços. Estas práticas estão diretamente vinculadas a política educacional da época, a da nacionalização do ensino, em que pretendia unificar o currículo e as normas e condutas nos contextos educativos. Através dos livros de matrículas e das atas de exames, podemos perceber a ênfase em registrar a frequência escolar e o índice de reprovação e aprovação. Diante desse controle observamos a resistência das instituições em burlar esses princípios. Muitos alunos não realizavam os exames, não era relevante para a maioria do grupo familiar das escolas,

nesse contexto, saber se a criança tinha sido reprovada ou não, era valorizada a aprendizagem dos princípios rudimentares da escrita, da leitura e dos cálculos. Estes dados podem ser compreendidos pelos relatos da oralidade, os nossos entrevistados foram alunos que reprovaram, mas não recordavam da reprovação, mesmo tendo sido registrado como não aprovado. Sabemos que a memória relembra o que lhe dá mais sentido, por isso, os sujeitos lembraram o cotidiano da escola, mas não eram informados dos resultados, não se tinha informação oficial das notas e exames. O que era importante para o grupo era estabelecer estreita relação do docente com a comunidade, marcada pela cumplicidade e credibilidade do profissional envolvido, havendo engajamento e vínculo dos professores nas realidades apresentadas.

Em relação ao currículo e as disciplinas ministradas, as escolas tiveram que se adaptar com as imposições governamentais, mesmo as comunitárias particulares não escaparam a fiscalização, ao contrário, sofreram cobrança maior em relação ao conhecimento estipulado no cotidiano escolar. Através do grande número de portarias e circulares do período, bem como

pelos relatos orais, percebemos a imposição do conhecimento da história pátria e a proibição da língua alemã no contexto da escola Barão do Triunfo. Na Escola Garibaldi, apesar de pública, através do livro de disciplinas encontrado persiste a preocupação nos valores patrióticos e morais do nacionalismo. Apesar de a comunidade italiana ter assimilado logo no início o idioma português nos espaços de sociabilidade, de religiosidade e escolares, alguns conflitos da proibição de qualquer manifestação linguística diferente do português no entorno escolar também foram rememorados pelos sujeitos entrevistados.

Diante do exposto, buscamos apresentar instituições educativas formadas num contexto e recorte temporal semelhantes, portanto, estiveram condicionadas a uma política educacional, mas mantiveram especificidades arroladas, que puderam ter sido analisadas a partir da problematização das fontes encontradas nos seus respectivos acervos. Cabe salientar que as instituições educativas analisadas estiveram fortemente vinculadas com grupos imigratórios que tiveram como ponto central o processo de escolarização.

Referências bibliográficas

- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade e Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas, UFPEL; 2000.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. Italianos e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. In: *História em revista: núcleo de documentação histórica da UFPel*. Pelotas, vº 05, 1999. Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/historia_em_revista_05.html> Acesso em: 13 ago. 2015.
- ARENDETT, Isabel Cristina. *Representações de Germanidade, Escola e Professor no Allgemeine Lehrerzeitung fuer Rio Grande do Sul (Jornal Geral para o Professor do Rio Grande do Sul)*. São Leopoldo, Unisinos, Programa de Pós- Graduação em História, Tese de Doutorado, 2005.
- ARRIADA, Eduardo; TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. Acervos escolares: espaço de salvaguarda e preservação do patrimônio educativo. *Biblos*, Rio Grande, v. 26, n. 1, p. 43-56, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/4063/Acervos%20escolares%20espa%C3%A7o%20de%20salvaguarda%20e%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20patrim%C3%B4nio%20educativo..pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 de jun. 2015.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

- CARDOSO, Maria Angélica; JACOMELI, Mara Regina Martins. Estado da arte acerca das escolas multisseriadas. *Revista HISTEDBR On-Line*, São Paulo, v. 10, n. 37, p. 267-290, 2010. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3606/3139>>. Acesso em: 13 fev. 2015.
- CERQUEIRA, Fabio Vergara. Serra dos Tapes: mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: MICHELON, Francisca Ferreira; FERREIRA, Maria Leticia Mazzuchi (orgs.). IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO. Pelotas, *Anais ...* Ed: UFPel, 2010.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e pesquisa*, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ep/article/viewFile/27928/29700> acesso em 15 de março de 2015.
- GIL, Natália de Lacerda. *A dimensão da educação nacional: um estudo sócio histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira*. São Paulo: USP, 2007, 406 f. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto historiográfico. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 9-44, 2001. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>>. Acesso em: 03 mar. 2015.
- LE GOFF. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. – (o que você precisa saber sobre)
- MAGALHÃES, Justino. *Tecendo nexos. História das instituições educativas*. Editora Universitária São Francisco -EDUSF, 2004.
- NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993.
- OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Acervos escolares e história das instituições educacionais: o caso da Escola Estadual General Osório/RS. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 154-174, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723815282014154/3107>>. Acesso em: 11 jun. 2015.
- PEIXOTO, Luciana. *Memória da imigração italiana em Pelotas / RS - Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas*. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História– UFPel. Pelotas, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.
- RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: *Educar em Revista*, nº 18, ° 13 a 28. Editora da UFPr. Curitiba Paraná, 2001.
- SCHARTZMANN, Simon; BOMENY, Helena e COSTA, Vanda. *Tempos de Capanema*. São Paulo: EDUSP, 1984.
- TEICHMANN, Eliseu. *Imigração e Igreja: As comunidades- Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, Instituto Ecumênico de Pós- Graduação, Dissertação de Mestrado, 1996.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. *O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX- identidade e cultura escolar*. Programa de Pós- Graduação em Educação. FAE- UFPel, Pelotas, 2007. Dissertação de Mestrado.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa; DE SÁ BRITTO, Lenir Marina Trindade; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. *Diálogo Educacional*, p. 147-163, 2007.
- WITT, Osmar Luiz. Igreja na Imigração- o Sínodo Riograndense e o acompanhamento de imigrantes. IN: DREHER, Martin (org). *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre, São Leopoldo, EST-Sinodal, 1990, p. 281-294.

Submissão: 31/10/2015

Aceite: 26/01/2016